

**...Continuação** **FIBAM COMPANHIA INDUSTRIAL - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL | C.N.P.J (MF) 61.410.395/0001-95**

das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalva" e "Incerteza relacionada à continuidade operacional", não existem outros principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparação, foram auditadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório em 04 de março de 2016, contendo modificação de opinião em relação aos seguintes assuntos: a) falta de recebimento das respostas de circularização de bancos, bem como de um fornecedor, cujos procedimentos de confirmação dos registros contábeis relacionados, se limitaram aos controles internos da Companhia; b) Os impostos e contribuições federais e estaduais não vêm sendo recolhidos regularmente, especialmente os débitos decorrentes das adesões aos parcelamentos já homologados (REFIS e PPI-ICMS-SP). Não foi possível mensurar o montante pendente de recolhimento, que segundo a Administração, é objeto de apuração e mensuração por parte de seus assessores tributários, que contemplará inclusive a identificação de possíveis créditos tributários oriundos de pagamentos já realizados para ingresso de novos pedidos de parcelamentos, levantamento este que não foi realizado até o término dos trabalhos de auditoria. Constatou, ainda, nesse relatório, parágrafo de Ênfase sobre a continuidade operacional da Companhia, em relação ao prejuízo apurado no exercício de 2015, bem como a situação sobre sua Recuperação Judicial, conforme descrito nas notas explicativas 1 e 13. **Demonstração do valor adicionado:** As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos no parágrafo "Base para opinião com ressalva", se houver, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como, obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 03 de março de 2017.  
**JPPS Auditores Independentes S/S** Paulo Sergio Sangiorgio  
 CRC 2SP 023.001/O-0 Contador CRC 1SP 085.108/O-0

COBRAPE CIA BRASILEIRA DE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS					
CNPJ - 58.645.219/0001-28					
Demonstrações Contábeis					
Demonstração de Resultado para os Exercícios Findos em 31/12/2016 e 31/12/2015 (Em milhares de Reais)					
	2016	2015	2016	2015	
<b>Balancos Patrimoniais Encerrados em 31 de Dezembro de 2016 e 31 de Dezembro de 2015 (Em milhares de Reais)</b>					
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e Equivalentes de caixa	41.506	30.095			
Contas a receber de clientes	23.602	24.995			
Impostos e contribuições a recuperar	2.455	1.383			
Outros créditos	441	288			
<b>Total do circulante</b>	<b>68.004</b>	<b>56.761</b>			
<b>Não Circulante</b>					
<b>Realizável a longo prazo</b>					
Outros créditos	-	-			
Investimentos	46	46			
Imobilizado	4.853	4.867			
Máquinas e equipamentos	4.806	4.673			
Móveis e utensílios	1.119	1.066			
Equipamentos de informática	2.591	2.386			
Veículos	167	263			
Sub total	8.684	8.387			
(-) Depreciações acumuladas	(3.831)	(3.520)			
Intangível	1.623	1.627			
Softwares	2.512	2.395			
(-) Amortização de Softwares	(889)	(768)			
<b>Total do não circulante</b>	<b>6.523</b>	<b>6.540</b>			
<b>Total do Ativo</b>	<b>74.528</b>	<b>63.300</b>			
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Financiamentos Bancários	1.900	-			
Fornecedores	781	1.665			
Obrigações trabalhistas e previdenciária	4.536	4.447			
Obrigações tributárias	3.708	4.343			
Dividendos a pagar	6.499	5.361			
Outras obrigações	1.508	564			
<b>Total do circulante</b>	<b>18.932</b>	<b>16.380</b>			
<b>Não Circulante: Obrigações tributárias</b>	<b>211</b>	<b>-</b>			
<b>Total do não circulante</b>	<b>211</b>	<b>-</b>			
<b>Patrimônio Líquido</b>					
Capital Social	5.000	5.000			
Reserva legal	1.000	1.000			
Reservas de capital	46	46			
Reservas de lucros	49.339	40.875			
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>55.385</b>	<b>46.921</b>			
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>74.528</b>	<b>63.300</b>			
<b>Alceu Guérios Bittencourt - Diretor Superintendente</b>					
<b>Eduardo Cavalcante - Contador - CRC 1SP 214.257/O - 5</b>					
<b>Receita Bruta de Vendas</b>	<b>130.714</b>	<b>122.834</b>	Depreciações e amortizações	(647)	(659)
<b>Deduções da Receita Bruta</b>	<b>(16.461)</b>	<b>(15.404)</b>	Outras (despesas) receitas operacionais	(2.840)	29
Cancelamentos			<b>Financieiras</b>		
Abatimentos e bonificações	(368)	(66)	Receitas Financeiras	3.210	3.155
Impostos sobre vendas	(16.093)	(15.338)	Despesas Financeiras	(721)	(633)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>114.253</b>	<b>107.430</b>	<b>Lucro Antes do IRPJ e da CSLL</b>	<b>13.665</b>	<b>17.702</b>
Custo dos serviços prestados	(85.967)	(79.034)	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre Lucro	(2.380)	(5.224)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>28.286</b>	<b>28.396</b>	<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>11.285</b>	<b>12.478</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	<b>(14.621)</b>	<b>(10.693)</b>	Quantidade de ações	1000.000	100.000
Gerais e administrativas	(13.623)	(12.585)	Lucro por ação final do exercício em R\$	112,85	124,78
<b>Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto - para os exercícios findos em 31/12/2016 a 31/12/2015 (Em milhares de Reais)</b>					
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>			
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>11.285</b>	<b>12.478</b>	<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>13.725</b>	<b>4.090</b>
Ajustes por:			<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Depreciação e amortização	647	659	Aquisição de ativo imobilizado e intangíveis	(633)	(612)
<b>Variações nos ativos e passivos</b>	<b>11.932</b>	<b>13.137</b>	<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(633)</b>	<b>(612)</b>
(Aumento) redução em contas a receber	1.393	(6.974)	<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
(Aumento) redução em impostos e contribuições a recuperar	(1.072)	(376)	Pagamento de dividendos	(1.682)	(1.604)
(Aumento) redução em outros créditos	(153)	(118)	<b>Caixa líquido usado nas atividades de financiamento</b>	<b>(1.682)</b>	<b>(1.604)</b>
Aumento (redução) em financiamentos	1.900	-	<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>11.411</b>	<b>1.874</b>
Aumento (redução) em fornecedores	(884)	(511)	<b>Demonstração do aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>		
Aumento (redução) em obrigações trabalhistas e previdenciária	89	279	No início do exercício	30.095	28.221
Aumento (redução) em obrigações tributárias	(635)	(856)	No fim do exercício	41.506	30.095
Aumento (redução) em outras obrigações	943	(490)	<b>Total</b>	<b>11.411</b>	<b>1.874</b>
Aumento (redução) em obrigações longo prazo	211	-			
<b>Total</b>	<b>1.793</b>	<b>(9.047)</b>			
<b>Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31/12/2016 a 31/12/2015 (Em milhares de Reais)</b>					
			<b>Reserva de Lucros</b>		
	<b>Capital Social</b>	<b>Reserva de Capital</b>	<b>Reserva Legal</b>	<b>Lucros (Prejuízos) Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de Dezembro de 2014</b>	<b>5.000</b>	<b>46</b>	<b>1.000</b>	<b>31.517</b>	<b>37.563</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.478	12.478
<b>Destinação do lucro: Dividendos</b>	-	-	-	(3.121)	(3.121)
Reserva especial de lucros	-	-	9.357	(9.357)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2015</b>	<b>5.000</b>	<b>46</b>	<b>1.000</b>	<b>40.874</b>	<b>46.920</b>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	11.285	11.285
<b>Destinação do lucro: Dividendos</b>	-	-	-	(2.820)	(2.820)
Reserva especial de lucros	-	-	8.465	(8.465)	-
<b>Em 31 de Dezembro de 2016</b>	<b>5.000</b>	<b>46</b>	<b>1.000</b>	<b>49.339</b>	<b>55.385</b>

**AudiLink & Cia. Auditores**  
 CNPJ nº 02.163.575/0001-50 - CRC 2RS003688/O-2 'T' SP

**Relatório de Asseguração Limitada dos Auditores Independentes sobre a Prestação de Contas Relativa ao Contrato de Gestão 21/2014 Junto a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência.**

Ao Conselho de Administração e Diretoria da Casa de Isabel Centro de Apoio a Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica e Situação de Risco. São Paulo - SP. Fomos contratados pela Casa de Isabel Centro de Apoio a Mulher, a Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica e Situação de Risco, para apresentar nosso relatório de asseguarção limitada sobre a compilação das informações relacionadas com a prestação de contas relativa ao contrato de gestão 21/2014 junto a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relativas ao período de junho a dezembro de 2014. **Responsabilidades da administração da Entidade:** A administração da Casa de Isabel Centro de Apoio a Mulher, a Criança e ao Adolescente Vítimas de Violência Doméstica e Situação de Risco é responsável pela elaboração e apresentação de forma adequada das informações constantes da prestação de contas relativa ao contrato de gestão 21/2014 junto a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relativas ao período de junho a dezembro de 2014, de acordo com os critérios estabelecidos pela Secretaria do Direito da Pessoa com Deficiência e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas informações livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos auditores independentes:** Nossa responsabilidade é expressar conclusão sobre as informações constantes da prestação de contas relativa ao contrato de gestão 21/2014 junto a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relativas ao período de junho a dezembro de 2014, com base no trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com o Comunicado Técnico CTO 01/12, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade e elaborado tomando por base a NBC TO 3000 - Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que é equivalente à norma Internacional ISAE 3000, emitida pela Federação Internacional de Contadores, aplicáveis às informações não históricas. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência e que o trabalho seja executado com o objetivo de obter segurança limitada de que as informações constantes da prestação de contas relativa ao contrato de gestão 21/2014 junto a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relativas ao período de junho a dezembro de 2014. Tomadas em conjunto, estão livres de distorções relevantes. Um trabalho de asseguarção limitada conduzido de acordo com a NBC TO 3000 (ISAE 3000) consiste principalmente de indagações à administração da Entidade e outros profissionais da Entidade que estão envolvidos na elaboração das informações constantes da prestação de contas relativa ao contrato de gestão 21/2014 junto a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relativas ao período de junho a dezembro de 2014, assim como pela aplicação de procedimentos analíticos para obter evidência que nos possibilite concluir na forma de asseguarção limitada sobre as informações tomadas em conjunto. Um trabalho de asseguarção limitada requer, também, a execução de procedimentos adicionais, quando o auditor independente toma conhecimento de assuntos que o leve a acreditar que as informações constantes da prestação de contas relativas ao contrato de gestão 21/2014 junto a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relativas ao período de junho a dezembro de 2014, tomadas em conjunto, podem apresentar distorções relevantes. Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos aspectos relativos à compilação e apresentação das informações constantes da prestação de contas relativa ao contrato de gestão 21/2014 junto a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relativas ao período de junho a dezembro de 2014 e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções relevantes poderiam existir. Os procedimentos compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância, o volume de informações quantitativas e qualitativas e os sistemas operacionais e de controles internos que serviram de base para a elaboração das informações constantes da prestação de contas relativa ao contrato de gestão 21/2014 junto a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relativas ao período de junho a dezembro de 2014; (b) o entendimento da metodologia de cálculos e dos procedimentos para a compilação dos indicadores por meio de entrevistas com os gestores responsáveis pela elaboração das informações; (c) a aplicação de procedimentos ana-

líticos sobre as informações quantitativas e indagações sobre as informações qualitativas e sua correlação com os indicadores divulgados nas informações constantes da prestação de contas relativa ao contrato de gestão 21/2014 junto a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relativas ao período de junho a dezembro de 2014; e (d) o confronto dos indicadores de natureza financeira com as demonstrações contábeis e/ou registros contábeis. Os trabalhos de asseguarção limitada compreenderam, também, a aderência às diretrizes e critérios da estrutura de elaboração aplicável na elaboração das informações constantes da prestação de contas relativa ao contrato de gestão 21/2014 junto a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relativas ao período de junho a dezembro de 2014. Acreditamos que a evidência obtida em nosso trabalho é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão na forma limitada. **Alcance e limitações:** Os procedimentos aplicados no trabalho de asseguarção limitada são substancialmente menos extensos do que aqueles aplicados no trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião, consequentemente, não nos possibilitam obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos que seriam identificados em trabalho de asseguarção que tem por objetivo emitir uma opinião. Caso tivéssemos executado um trabalho com objetivo de emitir uma opinião, poderíamos ter identificado outros assuntos e eventuais distorções que podem existir nas informações constantes da prestação de contas relativas ao contrato de gestão 21/2014 junto a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relativas ao período de junho a dezembro de 2014. Dessa forma, não expressamos uma opinião sobre essas informações. **Conclusão:** Com base nos procedimentos realizados, descritos neste relatório, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a acreditar que as informações constantes da prestação de contas relativas ao contrato de gestão 21/2014 junto a Secretaria Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, relativas ao período de junho a dezembro de 2014, não foram compiladas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as diretrizes da Secretaria do Direito da Pessoa com Deficiência. São Paulo, 24 de fevereiro de 2017. **AudiLink & Cia. Auditores - CRC 2RS003688/O-2 'T' SP. Rogério Wech Adriano - Contador CRC/RS 045525/O-3 'T' SP.**

Casa de Isabel Centro de Apoio a Mulher, a Criança e ao Adolescente							
Vítimas de Violência Doméstica e Situação de Risco							
Demonstrações de Origens e Aplicações dos Recursos Recebidos - 2014							
	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	
<b>Saldo Inicial</b>	-	156.021,11	38.055,91	210.610,93	115.220,18	148.798,77	40.613,77
<b>Entradas</b>							
Créditos de Órgão Público	217.228,24	-	258.568,48	-	131.176,04	-	393.528,12
Créditos de Aplicação Financeira	-	686,90	76,40	1.076,05	919,48	851,91	386,34
<b>Total de entradas</b>	<b>217.228,24</b>	<b>686,90</b>	<b>258.644,88</b>	<b>1.076,05</b>	<b>132.095,52</b>	<b>851,91</b>	<b>393.914,46</b>
<b>Saídas</b>							
Despesas com Materiais	426,53	3.597,66	680,70	955,35	1.820,82	2.201,01	307,37
Despesas com Materiais (Implantação de Serviços)	1.683,28	18.498,82	5.407,13	1.408,90	10.500,00	1.788,08	580,00
Despesas Administrativas (Folha de Pagamento)	27.733,27	32.871,49	32.925,09	32.041,12	30.999,69	41.678,98	-
Despesas Administrativas (Folha de Pagamento + 13º Salário)	-	-	-	-	-	-	57.626,56
Despesas com Encargos Sociais	12.364,05	15.296,61	15.326,94	14.828,83	14.196,84	21.397,34	28.508,58
Despesas com Serviços de Terceiros	19.000,00	48.387,52	31.750,00	47.232,60	40.999,58	41.971,50	31.750,00
<b>Total de Saídas</b>	<b>61.207,13</b>	<b>118.652,10</b>	<b>86.089,86</b>	<b>96.466,80</b>	<b>98.516,93</b>	<b>109.036,91</b>	<b>118.772,51</b>
<b>Saldo</b>	<b>156.021,11</b>	<b>38.055,91</b>	<b>210.610,93</b>	<b>115.220,18</b>	<b>148.798,77</b>	<b>40.613,77</b>	<b>315.755,72</b>

